O DIREITO À EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS DA EJA: um estado da questão sobre as produções recentes (2011-2020)

Talita de Jesus da Silva Martins[1]

Eliane Dayse Pontes Furtado[2]

RESUMO

Este artigo apresenta uma investigação de abordagem qualitativa que levanta o Estado da Questão sobre o direito à educação nas perspectivas dos alunos da EJA, a partir do mapeamento e da análise de trabalhos científicos, com vistas a melhor compreender o que os estudos têm revelado sobre a temática. Para coleta de dados, utilizamos a análise bibliográfica de teses e dissertações, no período de 2011 a 2020, extraídas do Portal de Periódicos da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A pesquisa revelou a importância do desenvolvimento de uma prática educativa pautada no reconhecimento do direito à educação como concretização dos direitos humanos. Tal perspectiva, está aliada ao reconhecimento dos alunos da EJA como sujeitos de direitos, lhes dada base para que exerçam uma consciência cidadã.

Palavras-chave: Direito à educação; Educação de jovens e adultos; Alunos.

ABSTRACT

This article presents an investigation with a qualitative approach that raises the State of the Question on the right to education from the perspectives of EJA students, from the mapping and analysis of scientific works, with a view to better understanding that studies have revealed on the subject. For data collection, we used a bibliographic analysis of theses and dissertations, from 2011 to 2020, extracted from the Journal Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). The research revealed the importance of developing an educational practice based on the recognition of the right to education as a realization of human rights. This perspective is allied to the recognition of EJA students as subjects of rights, these basic data for them to exercise a citizen awareness.

Keywords: Right to education. Youth and adult education; Students.

[1] Universidade Federal do Ceará; Mestre em Educação; talitamartins0612@hotmail.com.
[2] Universidade Federal do Ceará; PhD, Posdoc; eliane.dayse2@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, assim como em muitos países, o reconhecimento da educação como um direito no seu código legal, não aconteceu de forma contínua e ordenada. Trata-se de uma trajetória histórica de discussões, avanços e retrocessos que balizam a implementação de medidas legais sobre quem seriam os sujeitos detentores desse direito e qual a responsabilidade do Estado para garantir o acesso educacional. Desse modo, a dinâmica de dificuldades na oferta igualitária da educação, tem como uma de suas consequências um número significativo de jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade estabelecida como adequada. Tal realidade, trouxe desafios para a oferta da educação no ensino regular e, sobretudo, para o exercício legal do direito à educação aos sujeitos jovens e adultos que desejam retornar à escola.

É sabido que a educação deve ser reconhecida como direito fundamental para uma vida digna. E, sendo princípio da dignidade humana é essencial para o alcance da justiça social. Assim, o tema dessa investigação versa sobre a percepção dos sujeitos da EJA sobre o direito à educação. Nesse sentido, optamos por desenvolver este estudo partindo do seguinte questionamento: quais as percepções dos alunos da EJA sobre o direito á educação? Essa inquietação adveio do entendimento de que o direito a educação é um direito prioritário para o exercício da cidadania, pois é com ela que nos constituímos sujeitos com possibilidades de relações ativas com o mundo e com os outros.

Na busca por respostas, surgiu o desejo de conhecermos produções que abordassem esse tema, a fim de realizar um diálogo com o anterior para que possamos criar ou ressignificar novas produções acadêmicas. Desse modo, optamos pela metodologia da pesquisa qualitativa e realização do Estado da Questão, pois se configura como um importante método de pesquisa, ao nos possibilitar a compreensão de como se encontra o encaminhar do processo de produção científica sobre o tema escolhido.

> A finalidade do Estado da Questão é de levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico

> da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa. (NÓBREGA-THERRIEN E THERRIEN, 2004, P. 2)

Objetivamos, com esse levantamento, conhecer as produções que abordam a temática do direito à educação na perspectiva dos alunos da EJA entre os anos de 2011 e 2020, por acreditarmos que seja importante ter conhecimento acerca dos estudos já realizados para destacarmos as suas contribuições e focos priorizados.

Utilizamos a análise bibliográfica dos trabalhos científicos extraídos do Portal de Periódicos da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Desse modo, destacamos neste trabalho, a descrição dos achados apresentando os quantitativos de produções e destacando as que se aproximam do objeto investigado, assim como, suas contribuições para os estudos acerca da temática empreendida.

2 ESTADO DA QUESTÃO SOBRE O DIREITO À EDUCACAO NA EJA: QUE CAMINHOS JÁ FORAM TRILHADOS?

A importância da garantia do direito fundamental à educação, a expansão da oferta da EJA e as discussões sobre os seus sujeitos configuram, junto a outros fatores, temas crescentes nos estudos realizados no Brasil nos últimos anos. Frente ao reconhecimento da identificação dos alunos da EJA como sujeitos com suas trajetórias, ativos na sua relação com a sociedade em que vivem, as discussões sobre a implementação de políticas públicas de educação ganham uma importante e indispensável participação: os seus alunos. Corroboramos com as palavras de Freire (2001, p.16) ao afirma que:

> Respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos, crianças, jovens ou adultos, os educadores e educadoras populares têm neles um ponto de partida para a sua ação. Insista-se, um ponto de partida e não de chegada.

Os jovens, adultos e idosos que se constituem alunos da EJA são sujeitos reais que estudam, trabalham e sobrevivem numa luta diária, pelo direito de viver uma vida digna numa sociedade condicionada pelo modelo econômico capitalista, que desrespeita os direitos sociais. Como afirma Ihering (1998, p.27): “a vida do direito é

a luta, a luta de povos, de governos, de classes, de indivíduos". Desse modo, a luta pelo direito à educação faz parte de uma consciência crítica da sociedade e de reconhecimento de nossos deveres para com estes mesmos direitos.

Nessa perspectiva, a escola pode e deve se apresentar como um local fértil para o desenvolvimento de conhecimentos pautados numa reflexão crítica que reconheça nos direitos humanos, as bases para o pleno exercício da cidadania. Acreditamos que a escola deve ter em sua razão de ser a concretização do direito social básico à educação crítica, daí a sua indiscutível importância e necessidade. No entanto, a sua plena realização está na possibilidade de proporcionar um desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem pautados no exercício da democracia, obediência dos direitos humanos e valorização da multiplicidade de seus sujeitos. Como asseveram Alcoforado e Ferreira (2011, p.08):

> [...] a emergência dos ideais da democracia e da igualdade de direitos, deveres e oportunidades, tornaram mais evidente a necessidade de um investimento concertado numa oferta educativa, para pessoas adultas, que atravessasse todos os seus tempos e espaços de vida.

A materialização do direito à educação é condicionada por diversos fatores permeados por direcionamentos jurídicos, filosóficos e pedagógicos. Tais condicionamentos devem estar pautados num processo educativo que desperte a consciência humana para o conhecimento do mundo e constantes transformações das realidades. Nessa perspectiva, indagamos quais seriam as percepções dos alunos da EJA sobre o direito à educação? Assim, a elaboração do Estado da Questão nos possibilitará ter acesso ao mapeamento do que já foi produzido e de quais percursos já foram realizados.

No percurso metodológico para realizar o Estado da Questão, elegemos três fases para direcionar as nossas ações, sendo a primeira fase o momento da escolha das fontes de dados, delimitação do período e seleção de descritores. Na segunda fase foi realizada a seleção dos trabalhos pela leitura dos seus resumos e, na última fase lemos e analisamos os trabalhos selecionados, registrando as temáticas abordadas, objetivos, metodologias, sujeitos e resultados.

Na composição da primeira fase, a realização da pesquisa bibliográfica possui importantes características de delimitação. Ao planejar e desenvolver um trabalho

acadêmico, é importante ter com clareza os critérios de delimitação para refinar a pesquisa. Seguimos, assim, os seguintes princípios: identificação do tema, definição do tipo de fonte e documento de interesse, identificar critério geográfico e identificar o espaço temporal.

Conforme nos ensina Eco (2016, p. 47) ao escolhermos um tema é necessário pensar se teremos acesso às fontes necessárias, sendo preciso saber " (1) onde podem ser encontradas; (2) se são facilmente acessíveis; (3) se estou em condições de compulsá-las." Assim, para coleta de dados, selecionamos como fontes (campos de buscas) o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sendo escolhidos por se constituírem importantes e amplas fontes de divulgação do conhecimento científico produzido em diversas áreas de programas de pós-graduação *stricto sensu,* proporcionando, assim, acesso a um maior número de teses e dissertações nacionais.

Com o intuito de direcionar as buscas nas fontes de pesquisa ao tema escolhido, inicialmente selecionamos duas (2) temáticas que circundam nosso objeto de estudo para mapear a nossa produção, sendo: i) direito a educação e ii) Educação de Jovens e Adultos. Certos de que determinados termos e palavras-chaves não são universais, pois dependem da escolha dos seus autores e/ou organização das fontes de pesquisa, decidimos utilizar a sigla EJA como variação do descritor Educação de Jovens e adultos com intuito de ampliar as buscas por trabalhos relacionados ao nosso tema.

Em seguida, para que se articulassem o mais próximo possível à questão em estudo, fizemos a inserção do AND como ¨caractere booleano¨ para restringir a pesquisa. Assim, com a utilização do AND, selecionamos dois (2) descritores organizados da seguinte forma: i) direito à educação AND EJA e ii) direito à educação AND educação de jovens e adultos.

Ao utilizarmos esses descritores, também utilizamos alguns critérios de inclusão e exclusão para a escolha das produções que irão compor o refinamento do mapeamento das produções encontradas. Nesse sentido, elencamos os seguintes critérios de inclusão para as buscas nos campos selecionados: produções que estejam disponibilizados na íntegra na *internet*; produções que discutem direito à

educação na EJA; produções pautadas na discursividade dos sujeitos da EJA. E como critérios de exclusão, foram considerados os seguintes aspectos: produções disponibilizadas parcialmente na *internet*; produções que contemplem apenas a direito à educação ou educação de jovens e adultos separadamente; produções que contemplem a temática aqui estudada, mas que se apresentam de forma duplicada, isto é, apareceram duas ou mais vezes quando utilizados os descritores.

Com o recorte temporal entre 2011 e 2020 a fim de delimitar os trabalhos produzidos nos últimos dez (10) anos, foram encontrados um total de 218 trabalhos científicos divididos entre teses e dissertações, sendo 157 na CAPES e 61 na BDTD.

Em seguida, ainda na primeira fase, realizamos a seleção, através dos títulos, de um conjunto de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em educação e áreas afins que tratam sobre a temática. Tal eleição foi realizada utilizando os dois descritores selecionados, na qual verificamos a presença de teses acadêmicas e mestrados acadêmico e profissional. Isto posto, localizamos, inicialmente, 53 trabalhos, sendo que 31 eram duplicados, ou seja, se repetiam uma ou mais vezes entre descritores diferentes, o que totalizou no final 22 trabalhos, composto por 09 teses e 13 dissertações selecionados para a segunda fase do mapeamento das produções. Como podemos ver na tabela a seguir:

Tabela 1 – Trabalhos selecionadas pelo título

DESCRITORES	FONTE	Nº DE TRABALHOS SELECIONADOS PELO TÍTULO				
		Total Parcial	Duplicados	Total Final	Natureza	
direito à educação AND educação de jovens e adultos	CAPES	12	--	12	TESE	05
					DISSERTAÇÃO	07
	BDTD	12	11	01	TESE	-
					DISSERTAÇÃO	01
direito à educação AND EJA	CAPES	15	10	05	TESE	01
					DISSERTAÇÃO	04
	BDTD	14	10	04	TESE	03
					DISSERTAÇÃO	01
Total		53	31	22		

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa.

Acreditamos que fazer o Estado da Questão - EQ sobre o tema da pesquisa tem como finalidade conhecer os enfoques de trabalhos científicos, cuja delimitação do objeto de estudo se aproximam da pesquisa que se pretende realizar,

possibilitando uma visão sobre os múltiplos olhares acerca do cenário desse tema e suas possíveis contribuições para a pesquisa que se inicia. Como afirmam Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 8): "O mergulho na literatura disponível em torno da temática em foco propicia ao estudante/pesquisador uma oportunidade única de confronto crítico dos autores/pesquisadores consultados."

De tal modo, iniciamos a segunda fase fazendo a leitura e analisando os trabalhos selecionados pelos seus resumos a fim de identificar os trabalhos que se aproximam do nosso objeto de investigação. O quadro a seguir sintetiza as oito (8) produções selecionadas para comporem o EQ desta pesquisa, em ordem cronológica.

Quadro 1: Trabalhos selecionados após a leitura do resumo

Nº	Ano	Autor (a)	Título	Tipo/IES
1	2011	GARCIA, Elisete Enir Bernardi	A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SÃO LEOPOLDO/RS, NA PERSPECTIVA DE SEUS SUJEITOS	Doutorado em Educação/Universidade do Vale do Rio dos Sinos
2	2015	ROCHA, Margarida Maria Silva	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DA CIDADANIA: a experiência do CEDHIA	Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos / Universidade do Estado da Bahia
3	2016	BOTTI, F. H. A.	INTERFACES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO ESPECIAL: o direito em análise	Mestrado em Educação / Universidade Federal do Espírito Santo
4	2017	SOUZA, Taise Caroline Longuinho	DIREITO À EDUCAÇÃO DO JOVEM NA EJA: a intervenção didática em direitos humanos	Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos / Universidade do Estado da Bahia
5	2017	MEDEIROS, Milena Bittencourt Pereira	UMA CARTOGRAFIA DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS ENTRE EXPERIÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES E O DIREITO À EDUCAÇÃO.	Mestrado em Educação - / Universidade do Estado do Rio de Janeiro
6	2017	MKRTCHIAN Marciele Stiegler Ribas,	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: o desvelar da violência simbólica	Doutorado em Educação / Pontifícia Universidade Católica Do Paraná
7	2018	VIEIRA, Rosilene Silva	E O POVO COM A EJA? ESTUDO DE CASO SOBRE A PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO POUCO ESCOLARIZADA SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	Doutorado em Educação/ Universidade de São Paulo

8	2019	DELAVECHIA, ANGELA SAIKOSKI.	ADOLESCENTES NA/DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR: um estudo a partir da cidade de Canoas/RS'	Mestrado em Educação / Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa.

Na terceira fase, realizamos a análise das produções mapeadas, buscando na introdução e nos capítulos referentes à metodologia dos trabalhos, os objetivos, metodologias desenvolvidas, sujeitos e resultados a fim de identificar elementos necessários para ancorar os fundamentos e pertinência desta pesquisa.

2.1 Objetivos dos trabalhos mapeados

Quanto aos objetivos dos trabalhos analisados, tivemos uma grande variação entre os estudos, porém ambos circundavam a propositiva de encontrar respostas a questões que envolvem as percepções dos alunos da EJA sobre o direito à educação. Sendo assim, decidimos agrupar os objetivos em 4 (quatro) categorias, sendo: Direito à educação na EJA e direitos humanos; Direito à educação na EJA e política de educação; Direito à educação na EJA e educação especial e Direito à educação na EJA e sujeitos trabalhadores.

A categoria Direito à educação na EJA e direitos humanos contemplou três (3) trabalhos. Descrevendo-os, pudemos citar que **Rocha (2015)** objetivou fazer reflexões sobre o papel dos direitos humanos na formação da cidadania tendo como público-alvo os educandos jovens, adultos e idosos. Já **Souza (2017)** visou analisar como a intervenção pedagógica em direitos humanos pode contribuir para a formação da consciência cidadã dos jovens da EJA e com sua implicação para com a democracia. Seguindo a mesma perspectiva, **Mkrtchian (2017)** apresentou como objetivo interpretar as representações sociais dos estudantes da EJA sobre direitos humanos, considerando os efeitos da violência simbólica nelas presentes e suas implicações para a EDH nesta modalidade.

Na categoria Direito à educação na EJA e política de educação, **Vieira (2018)** apontou como objetivo da sua investigação identificar alguns aspectos da perspectiva da população pouco escolarizada na análise sobre as políticas atuais de educação de jovens e adultos no Brasil, em relação com as dimensões de experiência, informação

e interpretação. Quanto a **Garcia (2011)** centrou sua pesquisa na análise de como se constituiu a Educação de Jovens e Adultos - EJA, como política de elevação de escolaridade no município de São Leopoldo-RS, vista pela perspectiva dos sujeitos imbricados em sua concretização.

Na categoria Direito a educação na EJA e educação especial tem-se o trabalho de **Botti (2016)** que objetiva analisar como se configuram as interfaces da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Especial (EE) nas escolas da rede estadual de ensino do município de Colatina-ES, no que se refere à efetivação do direito à educação.

Por fim, na categoria Direito à educação na EJA e sujeitos trabalhadores, **Medeiros (2017)** investiga os possíveis sentidos entre experiências de jovens e adultos trabalhadores e o direito à educação. Já **Delavechia** (**2019)** visa dar continuidade nos estudos sobre a adolescência da classe trabalhadora em relação ao seu direito à educação escolar, em especial à concepção destes sujeitos sobre a escola no/para o desenvolvimento de suas vidas.

2.2 As metodologias e sujeitos das pesquisas

Reconhecemos que o desenvolvimento de uma metodologia científica bem fundamentada é essencial para que um pesquisador realize um trabalho acadêmico bem estruturado e de qualidade. Como afirma Demo (1995), a definição dos passos metodológicos determina o caminho que o pesquisador vai seguir, tornando possível a identificação dos métodos, técnicas, discussões e a base teórica a serem utilizados durante a busca.

Assim, é fundamental analisarmos as metodologias dos trabalhos científicos selecionados buscando identificar os diferentes tipos de pesquisa quanto à sua abordagem e procedimentos. Verificamos a ausência de algumas informações essenciais em alguns trabalhos, mas a partir da sua análise foi possível deduzirmos algumas considerações referentes à metodologia.

Quanto a abordagem das investigações, todos os oito (8) trabalhos analisados foram desenvolvidos na perspectiva da abordagem qualitativa. Referente ao tipo de pesquisa, com base nos procedimentos, encontramos cinco (5) trabalhos que

apontaram o tipo realizado, sendo quatro (4) do tipo estudo de caso (Rocha, 2015; Delavechia, 2019; Vieira, 2018; e Botti, 2016) e 1 (um) uma pesquisa-ação (Souza, 2017).

Todas as oito (8) pesquisas mapeadas elegeram os alunos da EJA como os sujeitos da pesquisa: Garcia (2011), Medeiros (2016), Souza (2017), Rocha (2015), Mkrtchian (2017), Delavechia (2019), Vieira (2018) e Botti (2016). Entretanto, os professores da EJA também participaram como sujeitos das pesquisas de Delavechia (2019) e Garcia (2011). A coordenadora pedagógica fez parte do grupo de sujeitos da pesquisa de Rocha (2015). E Vieira (2018) elencou como sujeitos da sua pesquisa um grupo de jovens e adultos que não estudam na EJA, mas se enquadram no seu público-alvo.

Sobre as técnicas de coleta de dados elaboradas pelos pesquisadores para o registro dos dados, foram utilizados: entrevista, observação, questionário, grupo focal, roda de conversa e escuta sensível. A entrevista foi a mais utilizada pelas pesquisas mapeadas, sendo escolhida pelos sete (7) pesquisadores a seguir: Garcia (2011), Medeiros (2016), Souza (2017), Rocha (2015), Mkrtchian (2017), Delavechia (2019) e Vieira (2018). Em seguida tem-se o questionário, que também foi utilizado por Rocha (2015), Mkrtchian (2017), Delavechia (2019) e Botti (2016). Já a observação foi utilizada por Souza (2017), Vieira (2018) e Rocha (2015), enquanto Botti (2016) optou pela observação participante. Souza (2017) também utilizou o grupo focal. A roda de conversa foi realizada por Delavechia (2019). Rocha (2015) utilizou a escuta sensível e, por fim, Vieira (2018) optou pelo diálogo informal com base na metodologia *snowball* ou “Bola de Neve”.

No que diz respeito às técnicas de análise de dados, a análise de conteúdo foi a mais utilizada, sendo realizada por Souza (2017), Delavechia (2019), Garcia (2011) e Rocha (2015). Já a análise do discurso foi escolhida por Mkrtchian (2017), e Medeiros (2016) afirmou que sua análise foi realizada com base na linguagem dialógica e dialética de Bakhtin As pesquisas de Botti (2016) e Vieira (2018) só apontam que foi realizada uma análise interpretativa.

2.3 Os resultados a que chegaram os estudos mapeados sobre direito à educação

Os trabalhos selecionados em nosso EQ se propuseram a ouvir e analisar, através de diversos procedimentos metodológicos os sujeitos da EJA. Assim, finalizaram suas considerações evidenciando a necessidade e a importância do reconhecimento desses sujeitos no espaço escolar, a fim de fortalecer o pelo exercício da cidadania. Conforme se pode ver a seguir.

GARCIA (2011) afirma que as políticas públicas de EJA, exercidas pelo viés da gestão democrática e dos direitos humanos e sociais, têm nas práticas educativas o lócus para construção de possibilidades de uma formação humana e social, na perspectiva de superação da compreensão da formação escolar fragmentada; e os sujeitos da EJA estão em busca de um *ethos,* que possibilite uma educação inclusiva e apresente contrapontos à escola que exclui.

Rocha (2015) aponta que há o reconhecimento de que a EJA precisa de mais atenção por parte dos poderes públicos e dos próprios professores, para que se efetue uma educação mais humanizada e pautada nos valores para a formação da cidadania.

BOTTI (2016) afirma que de forma surpreendente, o processo da pesquisa revela que as interfaces da EJA e EE vêm sendo produzidas pelo protagonismo dos sujeitos e não pela política implementada, sendo assim, os sujeitos com suas diferentes vivências e saberes são os responsáveis por inverter a lógica da oferta da EJA no CEEJA, o que nos leva à constatação de que o reconhecimento das modalidades da EJA e da EE como um direito ainda não se materializou como efetivação real no contexto político educacional brasileiro.

Souza (2017) evidenciou que a intervenção pedagógica em direitos humanos pode contribuir para a formação da consciência cidadã dos jovens da EJA e incidir na implicação pessoal desses sujeitos para com a democracia. Entretanto, o seu desenvolvimento precisa estar amparado por práticas pedagógicas dialógicas e sensíveis à construção dos elementos que conceituam o sentido da democracia.

Mkrtchian (2017) afirma que os efeitos da violência simbólica na EJA, sendo a culpabilização o mais eminente, provocam o conformismo dos seus estudantes com as carências educativas presentes nessa modalidade de ensino. Diante dessa

constatação, a principal implicação dessas representações para a EDH na EJA, seria a sua inserção, pois os alunos da EJA têm o direito de saber que têm direitos, compreendendo a própria Educação de Jovens e Adultos como um direito humano.

Medeiros (2017) conclui que as experiências sociais de estudantes jovens e adultos trabalhadores deveriam estar pautadas na consciência do direito à educação. Se, por um lado, as políticas públicas reverberam os sentidos dominantes sobre a formação acadêmica de jovens e adultos, por outro lado, os estudantes trabalhadores e professores da EJA a partir dos contextos de sociabilidade e cotidiano (re)inventam sua relação com o trabalho e a escola.

Vieira (2018) destaca que as atividades desenvolvidas na instituição escolar da EJA são pouco sensíveis às condições de vida e expectativas dessa população. Evidenciando a necessidade de que a instituição escolar tem de mobilizar ações reivindicatórias que ofereçam condições de permanência aos educandos. Tais reinvindicações, devem partir da vinculação entre escolas e movimentos sociais ligados ao direito à educação.

Delavechia (2019) conclui que o processo de transferência do Ensino Fundamental comum à EJA sem garantia de inclusão na modalidade provoca a continuidade do processo de exclusão dos seus alunos. O que colabora para sua falta de expectativa na educação escolar e, dialeticamente, considerando trabalhos cada vez mais precários como seu horizonte. Destacando, assim, a importância de desenvolver um trabalho pedagógico junto aos estudantes, famílias, professoras/es, gestoras/es e setores progressivos a fim de tornar a escola viva, acolhedora e pulsante.

Essas pesquisas sinalizam que mesmo com a garantia universal do direito à educação, a sua implementação precisa ser acompanhada, discutida e avaliada constantemente para que esse direito seja assegurado para os jovens e adultos da EJA. Assim, a escola deve ser compreendida como lugar de conhecimento crítico, transformação e empoderamento, cujas ações pedagógicas aliadas aos direitos humanos e diversidade cultural e social possibilitaria a formação da consciência cidadã em uma sociedade democrática.

3 CONCLUSÃO

Acreditamos que a falta de conhecimento sobre as bases sociológicas, econômicas e culturais que fundamentam nossas relações sociais, ou seja, direcionam o olhar sobre si, sobre os outros e na relação com o mundo, dificulta o entendimento sobre as injustiças sociais, em particular, o reconhecimento de que a educação é um direito social básico e inalienável essencial para uma vida justa e digna. Desse modo, o objetivo desse trabalho está em destacar a percepção dos alunos da EJA quanto ao reconhecimento do direito à educação como fator essencial para o exercício da cidadania.

O direito à educação é um direito social complexo, portanto a sua efetivação está relacionada a várias perspectivas e direcionamentos. Assim, as pesquisas analisadas, no presente Estado da Questão, apontam uma variedade de fatores relevantes para a discussão sobre a percepção dos alunos da EJA sobre esse direito. Ao serem ouvidos e percebidos através da realização de entrevistas, aplicação de questionários e observações revelaram a importância do desenvolvimento de uma prática educativa pautada no reconhecimento do direito à educação como concretização dos direitos humanos dentro de um espaço escolar que desenvolva, como fundamento primordial, uma gestão democrática. Tal perspectiva, segundo as pesquisas possibilitam que a escola reconheça os alunos da EJA como sujeitos críticos, ao mesmo tempo em que os possibilita a uma atuação ativa na sociedade ao terem desenvolvido uma consciência cidadã. Também evidenciaram a importância de serem reconhecidos como sujeitos trabalhadores que levam para a escola suas trajetórias de vidas forjadas pela luta diária por melhores condições de vidas.

Reconhecemos que a elaboração do Estado da Questão nos possibilitou uma maior clareza quanto ao andamento das pesquisas sobre o nosso objeto de investigação. Destarte, reafirmamos a importância dessa pesquisa, pois ressaltam os estudos desenvolvidos na temática do direito à educação na EJA, nos possibilitando uma visão sobre o que está sendo pesquisado e o que podemos trazer de novo para essa discussão.

5 REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Luís; FERREIRA, Sônia Mairos. Educação e Formação de Adultos: nótulas sobre a necessidade de descomprometer a Cinderela depois do beijo do Príncipe Encantado. In: ALCOFORADO, Luís; FERREIRA, Joaquim et.all (Orgs.) **Educação e Formação de Adultos:** políticas, práticas e investigação**.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2016, 26. Ed.- (Coleção Estudos)

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23)
IHERING, Rudolf Von. **A Luta pelo Direito**. Tradução de José Cretella Jr. e Agnes Cretella. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo/SP. 1998.

NÓBREGA-THERRIEN SM, THERRIEN J. **Trabalhos científicos e o estado da questão:** reflexões teórico-metodológicas. Estudos em Avaliação Educacional, v.15, n.30, jul-dez.2004. Disponível: http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1203/1203.pdf. Acesso em Nov. 2019.